

TCE-AL

TCE/AL participa da Primeira Reunião Anual da Associação de Entidades Oficiais de Controle Público do Mercosul

Fortalecendo o intercâmbio e as relações internacionais, o Presidente do Tribunal de Contas de Alagoas, conselheiro Otávio Lessa, participa no período de 06 a 08 de abril, da Primeira Reunião Anual da Associação de Entidades Oficiais de Controle Público do Mercosul (ASUR), na cidade de Termas do Rio Hondo na República Argentina.

[https://tceal.tc.br/view/ver-noticia.php?c=NDc5Ng==&titulo=TCE/AL participa da Primeira Reuni%C3%A3o Anual da Associa%C3%A7%C3%A3o de Entidades Oficiais de Controle P%C3%ABblico do Mercosul&cat=MQ==](https://tceal.tc.br/view/ver-noticia.php?c=NDc5Ng==&titulo=TCE/AL_participa_da_Primeira_Reuni%C3%A3o_Anual_da_Associa%C3%A7%C3%A3o_de_Entidades_Oficiais_de_Controle_P%C3%ABblico_do_Mercosul&cat=MQ==)

TCE/AL reúne grupo técnico do Pacto para a Primeira Infância

Como previsto pelo grupo técnico do Pacto para a Primeira Infância, o Tribunal de Contas de Alagoas recebeu, nesta terça-feira (05) a segunda reunião para planejar as ações de divulgação da campanha.

[https://www.tceal.tc.br/view/ver-noticia.php?c=NDc5NQ==&titulo=TCE/AL re%C3%BAne_grupo t%C3%A9cnico do Pacto para a Primeira Inf%C3%A2ncia&cat=MQ==](https://www.tceal.tc.br/view/ver-noticia.php?c=NDc5NQ==&titulo=TCE/AL_re%C3%BAne_grupo_t%C3%A9cnico_do_Pacto_para_a_Primeira_Inf%C3%A2ncia&cat=MQ==)

TCE-AP

Cooperação entre TCE e Sebrae Amapá busca fomentar o pequeno negócio
Com o objetivo de fomentar o pequeno negócio em todo o Estado, o Tribunal de Contas do Amapá e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) firmaram na segunda-feira (04/04), um termo de cooperação técnica com validade de quatro anos. A ideia é fazer valer em sua amplitude todos os aspectos da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar nº 123/2006), criada para estimular os pequenos negócios e fomentar a atividade empresarial no país.

<https://tce.ap.gov.br/noticias/cooperacao-entre-tce-e-sebrae-amapa-busca-fomentar-o-pequeno-negocio>

TCE-BA

Parceria entre MP e TCE/BA visa à troca de informações entre sistemas
Em visita técnica ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), o promotor de justiça Frank Monteiro Ferrari e o chefe de gabinete do Ministério Público do Estado da Bahia (MP/BA), Pedro Maia, se reuniram na tarde desta terça-feira (5.04) com o presidente do TCE/BA, Marcus Presidio. Na oportunidade, foram iniciadas tratativas para a assinatura de convênio que possibilitará a cooperação técnica e operacional entre as instituições, com o intercâmbio entre as bases de dados dos dois órgãos.

<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/parceria-entre-mp-e-tce-ba-visa-a-troca-de-informacoes-entre-sistemas>

TCE-CE

Presidente do IRB, Edilberto Pontes, recebe visita do coordenador da Escola de Contas do TCE Tocantins

O Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), conselheiro Edilberto Pontes (presidente em exercício do TCE Ceará), recebeu na manhã desta terça-feira (5/4), o coordenador do Instituto de Contas 5 de Outubro, Escola de Gestão do TCE Tocantins, conselheiro André Luiz de Matos Gonçalves, durante visita institucional.

<https://www.tce.ce.gov.br/comunicacao/noticias/4876-presidente-do-irb-edilberto-pontes-recebe-visita-do-coordenador-da-escola-de-contas-do-tce-tocantins>

TCE-MA

TCE registra “inadimplência zero” entre contas de prefeitos municipais

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) conseguiu registrar neste ano o recorde de inadimplência zero em relação às contas anuais dos prefeitos maranhenses. Todas as 217 prefeituras do Estado cumpriram o dever constitucional de prestar contas antes do encerramento do prazo legal, na última segunda feira.

<https://www.tcema.tc.br/index.php/noticias/2291-tce-registra-inadimplencia-zero-entre-contas-de-prefeitos-municipais>

TCE-MT

Pleno mantém suspensão licitação da Prefeitura de Primavera do Leste estimada em R\$ 10,3 mi

O Pleno do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) homologou medida cautelar concedida em julgamento singular do conselheiro Guilherme Antonio Maluf e manteve suspenso processo licitatório realizado pela Prefeitura de Primavera do Leste para contratação de empresa para prestação de serviços gerais, no valor estimado de R\$ 10,3 milhões. O processo foi apreciado na sessão ordinária desta terça-feira (5).

<https://www.tce.mt.gov.br/noticias/pleno-mantem-suspensa-licitacao-da-prefeitura-de-primavera-do-leste-estimada-em-r-10-3-mi/53983>

TCE-MT recebe certificação da ABNT e Novelli cumpre mais uma meta de gestão
O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) obteve, junto à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a renovação das certificações ISO 9001 em sete produtos gerenciados pela Corte de Contas.

<https://www.tce.mt.gov.br/noticias/tce-mt-recebe-certificacao-da-abnt-e-novelli-cumprer-mais-uma-meta-de-gestao/53972>

TCE-MG

Presidente do TCEMG terá seu nome em nova sede do Sest Senat em João Monlevade

Na próxima sexta-feira, 8 de abril, será inaugurado o espaço Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Sest Senat), no município de João Monlevade, que receberá o nome Mauri José Torres Duarte, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG).

<https://www.tce.mg.gov.br/noticia/Detalhe/1111625562>

TCEMG suspende o uso de verbas do Fundeb para gastos com a previdência dos servidores de Carvalhópolis

A Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) referendou, na sessão de hoje, 05 de abril, a decisão monocrática prolatada pelo conselheiro substituto Adonias Monteiro. Ele determinou a exclusão das despesas de custeio para a cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores municipais de Carvalhópolis, da classificação 'despesa de pessoal' para uso de recursos do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). A proposta de voto de Adonias, relator da representação (processo 1.114.696), aprovada por unanimidade, apontou que o prefeito da cidade deverá, não só se abster de executar as despesas dos "aportes ao RPPS", como também repor à conta do Fundeb o total dos recursos utilizados de forma inadequada, desde janeiro de 2021.

<https://www.tce.mg.gov.br/noticia/Detalhe/1111625561>

TCE- PB

TCE PARTICIPA DA "OPERAÇÃO 5764" , DEFLAGRADA PELO GRUPO OBSERVATÓRIO DA GESTÃO PÚBLICA NA PB

A partir de levantamentos realizados pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), o Observatório da Gestão Pública, formado por meio do Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco-MPPB), desencadeou na manhã desta quarta-feira (06), na Paraíba, a Operação 5764. O grupo também é formado pela Polícia Civil, Polícia Militar, Secretaria da Fazenda e Controladoria Geral do Estado, TCE e Controladoria Geral da União. A Operação apura irregularidades na aquisição de gêneros alimentícios a partir de contratos firmados entre Cooperativas e entes públicos.

<https://tce.pb.gov.br/noticias/tce-participa-da-201c-operacao-57642019-deflagrada-pelo-grupo-observatorio-da-gestao-publica-na-pb>

TCM-RJ

TCMRJ representado em reunião da associação de órgãos de controle do Mercosul. O Presidente do TCMRJ, Luiz Antonio Guaraná, e o Conselheiro Thiago Kwiatkowski Ribeiro participam da reunião anual da Associação de Entidades Oficiais de Controle Público do Mercosul, a convite do presidente da ASUL, Conselheiro Marco Peixoto (TCE-RS).

https://www.tcm.rj.gov.br/WEB/Site/Noticia_Detalhe.aspx?noticia=15963&detalhada=2&downloads=0

TCE-RO

TCE-RO determina à Câmara de Ji-Paraná que não pague subsídio de vereadores e do vereador-presidente com base em lei recém-aprovada.

O Tribunal de Contas, por meio de decisão monocrática proferida nesta terça-feira (5/4), determinou aos gestores da Câmara do Município de Ji-Paraná que se abstenham de realizar os pagamentos dos subsídios dos Vereadores e do Vereador-Presidente com base na Lei Municipal n. 3.477, de 8 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a revisão salarial dos servidores da Câmara de Ji-Paraná, majorando o valor do subsídio desses agentes políticos no decorrer da legislatura.

<https://tcero.tc.br/2022/04/05/tce-ro-determina-a-camara-de-ji-parana-que-nao-pague-subsidio-de-vereadores-e-do-vereador-presidente-com-base-em-lei-recem-aprovada/>

TCE-SC

TCE/SC integrará auditoria internacional para levantamento sobre mulheres em situação de violência

O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) irá aderir à auditoria coordenada pela Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs) sobre a violência contra a mulher, com objetivo de erradicá-la. A decisão foi confirmada nesta terça-feira (5/4) por ofício enviado à coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Igualdade de Gênero e Não Discriminação e chefe da Unidade de Cooperação e Relações Internacionais da entidade, Daniela Santana Silva.

<https://www.tcesc.tc.br/tcesc-integrara-auditoria-internacional-para-levantamento-sobre-mulheres-em-situacao-de-violencia>

TCE/SC suspende contrato de serviços de reparos e manutenção da Fundação Catarinense de Educação Especial

O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) determinou, na última quinta-feira (30/3), por medida cautelar do conselheiro César Filomeno Fontes, que fossem suspensos imediatamente os atos vinculados à execução do contrato de serviços de reparos e manutenção nos centros de atendimento da Fundação Catarinense de Educação Especial, com valor de R\$ 1.165.000,00.

<https://www.tcesc.tc.br/tcesc-suspende-contrato-de-servicos-de-reparos-e-manutencao-da-fundacao-catarinense-de-educacao>

TCE-SP

Envio de dados de obras públicas por ferramenta que monitora sobrepreço será obrigatório a partir de maio

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) encerrará a fase de testes e passará a exigir, a partir de 2 de maio, o envio de informações sobre recursos empregados em obras públicas por meio da Ferramenta de Análise de Risco de Obras (FARO). De acordo com o Comunicado GP nº 10/2022, publicado no Caderno Legislativo do Diário Oficial de sábado (2/4), neste primeiro momento a exigência abrangerá orçamentos acima de R\$ 2 milhões. O prazo para remessa por meio da ferramenta é de 10 dias corridos após o ajuste ser informado pela Fase IV do Sistema da Divisão de Auditoria Eletrônica de São Paulo (Audesp).

<https://www.tce.sp.gov.br/6524-envio-dados-obras-publicas-por-ferramenta-monitora-sobrepreco-sera-obrigatorio-partir-maio>

TCE-TO

Primeira Câmara do TCE/TO rejeita as contas de dois municípios e aprova uma
A Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO) emitiu o parecer prévio pela rejeição de duas contas anuais consolidadas de prefeito, ambas do exercício de 2018. As decisões são referentes às sessões virtual e videoconferência, dos dias 28 de março e 5 de abril, e estão disponíveis no Boletim Oficial da Corte nº 2986 e 2987. Estão entre as contas que receberam o parecer prévio pela rejeição, as contas consolidadas da atual prefeita de Caseara, Ildislene Bernardo da Silva Santana. Durante a apreciação foi verificado que o registro de despesa com contribuição patronal devida ao Regime Geral de Previdência no valor de R\$1.122.883,85, que alcançou o equivalente a 14,82% da base de cálculo R\$ 7.579.261,91, descumprindo o limite mínimo de 20% estabelecido por lei.

<https://www.tceto.tc.br/primeira-camara-do-tce-to-rejeita-as-contas-de-dois-municipios-e-aprova-uma/>

